Informativo de Legislação
SEDOC

TRT-3ª REGIÃO
Minas Gerais

ANO XXIV N. 177 3/11/2026

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 3ª REGIÃO

ATO EXTRATO DE ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA

PARTES: TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA TERCEIRA REGIÃO - TRT3 – SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO EM MINAS GERAIS – e FUNDAÇÃO DE ENSINO TÉCNICO INTENSIVO DR. RENÉ BARSAM – FETI

OBJETO: Cooperação entre as Partes para a realização do Feirão de Aprendizagem, em Uberaba – MG, no dia 2 de dezembro de 2026, das 8h às 16h30 (ações de orientação, capacitação e inserção de jovens no mercado de trabalho, por meio do preenchimento de vagas de aprendizagem ofertadas por empresas parceiras, nos termos dos arts. 424 e seguintes da CLT).

(DEJT/TRT3 Cad. Adm. 29/10/2026, p. 3)

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA

PORTARIA CONJUNTA SEP DTI N.2, DE 28 DE OUTUBRO DE 2026

Aprova especificações técnicas de referência, glossário de termos, fluxograma de processos, dicionário de movimentos, complementos e situações das tabelas processuais unificadas aplicáveis a que se refere o art. 1º-C, § 2º, da Resolução CNJ nº 547, de 22 de fevereiro de 2024.

Anexo - Documentação sobre o 1º-C, § 2º, da Resolução CNJ n. 547/2024

(DJe/CNJ 3/11/2026, p. 28 ; Anexo p. 33-48)

INSTRUÇÃO NORMATIVA CORREGEDORIA NACIONAL DE JUSTIÇA N. 37, DE 28 DE OUTUBRO DE 2026

Altera a Instrução Normativa CN/CNJ n. 36/2026, que disciplina a estrutura, a utilização e a manutenção da Tabela Remuneratória Unificada (TRU), para dispor sobre o caráter classificatório da inclusão de rubricas, incluir rubricas nas Seções I, II e VI do Anexo I e no Anexo II e inativar a rubrica do auxílio-moradia.

(DJe/CNJ 3/11/2026, p. 30 - 32)

LEGISLAÇÃO FEDERAL

PORTARIA PGFN-MF N. 3.154, DE 20 DE OUTUBRO DE 2026

Altera a Portaria PGFN/ME nº 3.050, de 6 de abril de 2022, que regulamenta o programa Comprei, sistema destinado à monetização de bens penhorados ou ofertados em garantia.

(DOU 28/10/2024, Edição Extra A, Seção 1, p. 33-34)

PORTARIA CONJUNTA RFB-PGFN N. 740, DE 22 DE OUTUBRO DE 2026

Disciplina a aplicação da remissão de créditos de titularidade da União de responsabilidade de microempreendedores individuais prevista na Lei Complementar nº 238, de 21 de outubro de 2026.

(DOU 28/10/2024, Edição Extra A, Seção 1, p. 34)